

---

AO JUÍZO DA XXXXXXXX VARA DE FAMÍLIA, ÓRFÃOS E SUCESSÕES DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXX/UF.

Processo n.º:

**Ação de Alimentos**

**FULANO DE TAL**, menor púbere, assistida por sua genitora **FULANO DE TAL**, ambas devidamente qualificadas nos autos do processo eletrônico em epígrafe, vem por intermédio da por intermédio da **DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL**, apresentar sua **IMPUGNAÇÃO POR RÉPLICA**, tendo em vista a juntada da contestação e documentos pela parte requerida (ID de nº , pelos motivos de fato e de direito a seguir delineados.

**I. SÍNTESE DOS FATOS:**

A presente demanda foi ajuizada com o objetivo de fixar a obrigação alimentícia a ser paga pelo Requerido no patamar de 50% (cinquenta por cento) do salário mínimo.

Em decisão interlocutória de ID nº , a magistrada fixou os alimentos provisórios em 40% (quarenta por cento) do salário mínimo vigente, e depositada na conta bancária em nome da representante legal da menor, até o dia 10 (dez) de cada mês.

Diante de tal decisão insurgiu-se o genitor mediante contestação de ID de nº , que não merece prosperar conforme se passa a expor:

**II. FUNDAMENTOS DA RÉPLICA**

Em primeiro momento, cumpre apontar que todos os argumentos amealhados pelo Requerido em sede de contestação têm o único objetivo reduzir o valor a ser pago a título de pensão alimentícia.

Observe-se que a decisão interlocutória de ID nº , já minorou o pleito apresentado na inicial ao fixar provisoriamente a obrigação alimentar em **40%** do salário mínimo.

Apesar disso, insurge-se o requerido e propõe como patamar razoável para suprir as necessidades da menor o montante de **20%** do salário mínimo.

Ora, Excelência, é nítido que tal montante não se mostra adequado a satisfação das necessidades da adolescente em questão, pois, conforme apontado em sede de petição inicial, não possui gastos extraordinários, mas possui necessidades básicas comuns a qualquer pessoa de sua faixa etária.

Nessa senda, os gastos apontados na exordial pela requerente são apenas aqueles de primeira necessidade (alimentação, água, luz, internet, vestuário) destinados estritamente a sobrevivência da adolescente.

Lado outro o requerido possui plenas condições econômicas de prover o sustento da filha, pois como afirmou possui renda com alugueis e seus ganhos mensais giram em torno\$ (XXXXX) conforme já relatado na exordial.

Assim é possível deduzir que ele tem plena capacidade econômica de prover o sustento da filha Requerente, pois como mesmo afirmou possui renda com alugueis.

Ademais não possui gastos extraordinários e todos os seus ganhos são revertidos em proveito próprio.

Por outro lado, cabe aos pais o dever de sustento ao filhos e neste sentir, sabe-se que o costume jurisdicional brasileiro se orienta pelo binômio necessidade + possibilidade para a fixação das obrigações alimentares. Tendo isso em mente, os autos demonstram as necessidades da adolescente, que não possui meio próprio de sobrevivência, bem como a possibilidade financeira do genitor em arcar com a obrigação alimentar nos moldes pleiteados na inicial.

### **III. DOS PEDIDOS**

Diante do tudo o exposto, pugna-se pela procedência do pedido inicial e pela improcedência dos pedidos elencados em sede de contestação, uma vez que o patamar alimentício sugerido pelo requerido não se mostra razoável ou adequado às necessidades básicas da adolescente FULANO DE TAL.

No que se refere à produção de provas, no intuito de demonstrar que o requerido tem condição de pagar os alimentos pedidos na inicial, a autora requer a oitiva das testemunhas arroladas na inicial, bem como que seja determinada a quebra dos sigilos bancários e de operações com cartões de crédito e de débito do réu, com requisição dos respectivos extratos relativos aos seis últimos meses.

Para mesma finalidade acima mencionada, requer que seja feita pesquisa RENAJUD com o objetivo de localizar eventuais veículos registrados em nome do requerido.

Nestes termos, pede e aguarda deferimento.

LOCAL E DATA.

FULANO DE TAL

Defensor Público

